

Gestão 2018-2020

Procurador-Geral de Justiça
Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Hudson Shiguer Kinashi
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Antonio Siufi Neto
Ouvidor do Ministério Público
Olavo Monteiro Mascarenhas

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3318-2160 e-mail: caodh@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**PORTARIA Nº 1078/2020-PGJ, DE 20.3.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 092/2020-PGJ, de 13.1.2020, que concedeu ao Procurador de Justiça Humberto de Matos Brittes 5 (cinco) dias de férias compensatórias, referentes ao recesso forense de 22 a 31 de dezembro de 1989, que seriam usufruídos no período de 13 a 17.4.2020.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1083/2020-PGJ, DE 24.3.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os Promotores de Justiça Ana Cristina Carneiro Dias, Fabio Ianni Goldfinger, Fabrícia Barbosa Lima, Filomena Aparecida Depolito Fluminhan, Luciana do Amaral Rabelo, Luciano Furtado Loubet, Fabricio Proença de Azambuja, Eteocles Brito Mendonça Dias Junior e Renata Ruth Fernandes Goya Marinho para, sem prejuízo de suas funções, sob a coordenação da primeira, comporem força-tarefa contra a pandemia de COVID-19, para fins de padronização e uniformização da atuação institucional do MPMS.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 0052/2020/AOP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar ao Promotor de Justiça Adriano Barrozo da Silva, que oficia perante a Promotoria de Justiça da comarca de Sonora-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Notícia de Fato nº 01.2020.00002145-8, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 16 de março de 2020.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA Nº 1073/2020-PGJ, DE 20.3.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Terezinha de Jesus Nantes Ferreira, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 7 (sete) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 13 a 19.3.2020, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 1074/2020-PGJ, DE 20.3.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Otavio Laurindo da Silva Neto, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 10 (dez) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 16 a 25.3.2020, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 1075/2020-PGJ, DE 20.3.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Thelma Martinez Lima, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 18.3 a 1º.4.2020, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 1076/2020-PGJ, DE 20.3.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Janaina Ferreira Domingos, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 7 (sete) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 18 a 24.3.2020, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 1077/2020-PGJ, DE 20.3.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Paola Reginato Pereira, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, 120 (cento e vinte) dias de licença-maternidade, a partir de 2.3.2020, nos termos do inciso III do artigo 130, e do artigo 147, ambos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.599, de 26 de dezembro de 2002, e artigos 27 e 28 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009, e, ainda, artigo 31, I, alínea “h”, e §§ 1º e 2º, e artigos 57 e 58, todos da Lei nº 3.150, de 22 de dezembro de 2005; e 60 (sessenta) dias, em prorrogação, nos termos dos artigos 1º, 2º, 4º, 6º e 7º, todos da Resolução nº 001/2009-PGJ, de 14.1.2009.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

COORDENADORIA DE LICITAÇÕES**AVISO DE LICITAÇÃO****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/PGJ/2020****PROCESSO Nº PGJ/10/0329/2020****UASG 453860**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO DO SUL / Procuradoria-Geral de Justiça comunica aos interessados a abertura de Licitação, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 10/PGJ/2020 (Processo nº PGJ/10/0329/2020).

Objeto: Registro de preços para eventual locação de veículos, para atender o Ministério Público Estadual.

- Abertura das propostas: dia 8 de abril de 2020, às 14 horas e 30 minutos (horário de Brasília/DF).

- Local: www.comprasgovernamentais.gov.br

- Telefone para contato: (67) 3318-2145.

Retirada do Edital: a partir de 24 de março de 2020 por meio dos endereços eletrônicos www.comprasgovernamentais.gov.br ou www.mpms.mp.br/licitacao/pregao ou ainda na Coordenadoria de Licitações da Procuradoria-Geral de Justiça (Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214 - Jardim Veraneio - Campo Grande - MS) das 14 horas às 17h59min (horário oficial de Brasília).

Designação do Pregoeiro, da Equipe de Apoio e da Fiscalização Contratual, efetuada pela Sra. Secretária-Geral do MP/MS, em 19/03/2020:

- Pregoeiro: Hermes Alencar de Lima;
- Equipe de Apoio: Gladys Esmelda Barrios Amarilha e Carla Maria Bagordakis;
- Suplente do Pregoeiro: Cleber do Nascimento Gimenez;
- Suplente da Equipe de Apoio: Emerval Carmona Gomes.
- Fiscalização Contratual: Secretaria de Administração/PGJ.

Campo Grande, 24 de março de 2020.

BIANKA KARINA BARROS DA COSTA

Promotora de Justiça e Secretária-Geral do MP/MS

Ordenadora de Despesa

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2020NE000131 DE 23.03.2020 DO PROCESSO PGJ/10/1201/2020**

Credor: STILUS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 19/PGJ/2019 - Ata de Registros de Preço nº 14/PGJ/2019.**

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado, tipo split (inverter e convencional), serviços de instalação, execução de tubulação e bombas para remoção de condensado, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 3.590,00 (três mil quinhentos e noventa reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE000131 de 23.03.2020, Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/1993.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2020NE000132 DE 23.03.2020 DO PROCESSO PGJ/10/1201/2020

Credor: STILUS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 19/PGJ/2019 - Ata de Registros de Preço nº 14/PGJ/2019.**

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado, tipo split (inverter e convencional), serviços de instalação, execução de tubulação e bombas para remoção de condensado, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 602,00 (seiscentos e dois reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE000132 de 23.03.2020, Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/1993.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2020NE000133 DE 23.03.2020 DO PROCESSO PGJ/10/1201/2020

Credor: STILUS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 19/PGJ/2019 - Ata de Registros de Preço nº 14/PGJ/2019.**

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado, tipo split (inverter e convencional), serviços de instalação, execução de tubulação e bombas para remoção de condensado, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 655,00 (seiscentos e cinquenta e cinco reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE000133 de 23.03.2020, Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/1993.

DECISÃO DE APLICAÇÃO DE PENALIDADE EM PROCESSO ADMINISTRATIVO**Intimada: HABITAR – COMÉRCIO EM GERAL E SERVIÇOS EIRELI****Processo nº PGJ/10/4441/2019****Ata de Registro de Preço nº 02/PGJ/2019****Nota de Empenho nº 2019NE005877, de 12.11.2019**

Finalidade: INTIMAÇÃO da empresa **HABITAR – COMÉRCIO EM GERAL E SERVIÇOS EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 21.893.405/001-76, Inscrição Estadual nº 28.404.091-6, com sede na Rua São Vicente de Paula, nº 692, Vila Miguel Couto, Campo Grande/MS, CEP: 79.040-240, representada neste ato por **Luciano Rufino da Silva**, brasileiro, CI/RG nº 1209460 SEJUSP/MS e CPF/MF nº 929.506.391-00, contratada para fornecer adoçante dietético líquido (item 2) ao Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul por meio da Nota de Empenho nº 2019NE005877, de 12.11.2019 (fls. 22), em decorrência do preço registrado na Ata de Registro de Preço nº 2/PGJ/2019, vinculada ao Processo nº PGJ/10/0129/2019 e ao Pregão Presencial nº 2/PGJ/2019-SRP, do Despacho exarado pela Excelentíssima Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul às fls.73-74, do Processo nº PGJ/10/4441/2019, cujo dispositivo é o que segue: “(...) *Destarte, DETERMINO à Divisão de Apoio da Secretaria-Geral que encaminhe os autos à Secretaria de Administração, para que providencie a publicação no DOMP-MPMS de que foram aplicadas as sanções de multa moratória, no importe de 10% (dez por cento), sobre o valor dos produtos não entregues, e de multa por inexecução total do objeto, no importe de 30% (trinta por cento), sobre o valor total empenhado, à empresa Habitar – Comércio em Geral e Serviços Eireli, pelos fundamentos já expostos na Decisão de fls. 50-51, e concedendo-lhe o prazo de 5 (cinco) dias úteis para executar o pagamento do débito constituído. Ato contínuo, caso não seja efetuado o recolhimento do valor total das multas aplicadas, deverá ser certificado nos autos pelo Gestor do Contrato. Nesta hipótese, o próximo passo a cargo desta Instituição consiste no envio de cópia dos autos à Procuradoria-Geral do Estado de Mato Grosso do Sul para que se promova a execução das penalidades de multa moratória e multa indenizatória (...)*”. **INTIMA-SE**, ainda, a adimplir a sanção de multa moratória no valor de R\$ 43,00 (quarenta e três reais), correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor dos produtos não entregues; mais a multa por inexecução total do objeto no valor de R\$ 129,00 (cento e vinte e nove reais), referente a 30% (trinta por cento) sobre o valor total empenhado. **O valor total de R\$ 172,00 (cento e setenta e dois reais) deverá ser pago no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados desta publicação, na seguinte conta bancária: (001) Banco do Brasil; Agência 2576-3; Conta Corrente 50.120-4; CNPJ nº 03.464.870/0001-00 – Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público; preenchendo-se o campo nº 2 de identificação com o CNPJ da empresa e o campo nº 3 com o nome da empresa.** Esclarece-se, por fim, que os autos nº PGJ/10/4441/2019 encontram-se à disposição da contratada ou do procurador devidamente constituído para vistas na Secretaria de Administração do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, com sede na Procuradoria-Geral de Justiça, Rua Presidente Manuel de Campos Salles, 214, Bairro Jardim Veraneio, Campo Grande/MS, telefone (67) 3318-2063, no horário de expediente das 8h às 11h e das 13h às 18h pelo prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados desta publicação. Além disso, o Processo nº PGJ/10/4441/2019 terá continuidade independentemente do comparecimento ou manifestação da intimada, sendo passível de aplicação das medidas judiciais cabíveis, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa às partes, consoante artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal Brasileira de 1988. Nada mais.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N. 09.2020.00000657-9**

Requerente: Ministério Público Estadual/32.^a Promotoria de Justiça

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul/Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul

RECOMENDAÇÃO 0003/2020/32PJ/CGR

Recomenda à Gestão Estadual de Saúde e ao Estado de Mato Grosso do Sul a implementação de barreiras sanitárias no Aeroporto Internacional de Campo Grande e Terminal Rodoviário de Campo Grande (em relação ao transporte interestadual).

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da 32.^a Promotoria de Justiça da Cidadania da Comarca de Campo Grande – MS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 129, III, da Constituição Federal, artigo 132, III, da Constituição Estadual, bem como diante das disposições contidas na Lei n.º. 7.347/85 e, cumprindo o disposto no artigo 26, inciso VI, da Lei Federal n.º. 8.625/93 e artigo 27, IV, “a”, da Lei Complementar n.º. 072/94, e

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos serviços de relevância pública (aos quais se incluem as ações e serviços em saúde), aos direitos assegurados pela Constituição Federal/88, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, inciso II, da Constituição Federal/88);

CONSIDERANDO que a saúde configura um direito público subjetivo e fundamental (direito à vida) do ser humano, cujo dever de assegurá-la foi conferido à Administração Pública, conforme previsão dos artigos 23, inciso II, 24, inciso XII e 30, inciso VII, 196 e 197, todos da Carta Constitucional de 1988;

CONSIDERANDO que, como explicita o art. 6.º da Lei 8.080/90, está incluída no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS) as ações de vigilância epidemiológica, a qual se entende como um conjunto de ações que proporcionam o conhecimento, a detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes de saúde individual ou coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças ou agravos;

CONSIDERANDO que, na forma do art. 7.º, VII, da Lei 8.080/90, as ações e serviços públicos de saúde devem ser obedecer, entre outros princípios, a utilização da epidemiologia para o estabelecimento de prioridades, a alocação de recursos e a orientação programática;

CONSIDERANDO que a Lei n. 8.080/90, preconiza que à Direção Estadual e à Direção Municipal do Sistema de Saúde (SUS) compete *planejar, organizar, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde; e gerir e executar os serviços públicos de saúde;*

CONSIDERANDO ser atribuição desta 32.^a Promotoria de Justiça a fiscalização dos serviços de saúde, conforme o artigo 10, I, “a”, “2”, da Resolução-PGJ 018/2010, de 09/09/2010; podendo, no exercício dessa função fiscalizatória, requisitar todas as informações pertinentes aos órgãos relacionados à prestação de serviços de saúde pública e aos responsáveis pela arrecadação de verbas destinadas à saúde;

CONSIDERANDO a Declaração de *EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL (ESPII)* pela Organização Mundial da Saúde em 30/01/2020, em virtude do surto do novo coronavírus (2019-nCoV);

CONSIDERANDO a Portaria GM n. 188, de 03/02/2020, pela qual o Ministério da Saúde declarou a situação de *EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA NACIONAL (ESPIN)*, em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV), haja vista que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública; bem como exige *resposta coordenada das ações de saúde de competência da vigilância e atenção à saúde, entre as três esferas da gestão do SUS*;

CONSIDERANDO que, no dia 11/03/20, a Organização Mundial da Saúde classificou o coronavírus como uma “PANDEMIA”, cobrando uma ação dos governos compatível com a gravidade da situação a ser enfrentada. De acordo com Tedros Ghebreyesus, diretor-geral da OMS “*Nas últimas duas semanas, o número de casos de Covid-19 [doença provocada pelo vírus] fora da China aumentou 13 vezes e a quantidade de países afetados triplicou. Temos mais de 118 mil infecções em 114 nações, sendo que 4 291 pessoas morreram*”¹.

CONSIDERANDO que o aumento substancial no número de casos no Brasil vem preocupando os especialistas e a população em geral, uma vez que, além do elevado número absoluto de casos no âmbito internacional, o Brasil também tem apresentado um crescimento vertiginoso no número de pessoas infectadas, com casos confirmados e suspeitos em todas as Regiões do país, fazendo pressupor que a situação está na iminência de sair do controle das autoridades, conforme planilha extraída do portal do Ministério da Saúde:

Classificação dos casos por UF de notificação - 20/03/2020 até 16:00

ID	UF	CONFIRMADOS		ÓBITOS	
		N		N	%
NORTE - Total: 15 (1,6%)					
1	AC	7		0	0 %
2	AM	3		0	0 %
3	AP	1		0	0 %
4	PA	2		0	0 %
5	RO	1		0	0 %
6	RR	0		0	0 %
7	TO	1		0	0 %
NORDESTE - Total: 134 (15,0%)					
8	AL	5		0	0 %
9	BA	33		0	0 %
10	CE	55		0	0 %
11	MA	0		0	0 %
12	PB	1		0	0 %
13	PE	30		0	0 %
14	PI	3		0	0 %
15	RN	1		0	0 %
16	SE	6		0	0 %

ID	UF	CONFIRMADOS		ÓBITOS	
		N		N	%
SUDESTE - Total: 553 (61,1%)					
17	ES	13		0	0 %
18	MG	35		0	0 %
19	RJ	109		2	1,8 %
20	SP	396		9	2,3 %
CENTRO-OESTE - Total: 112 (12,4%)					
21	DF	87		0	0 %
22	GO	15		0	0 %
23	MS	9		0	0 %
24	MT	1		0	0 %
SUL - Total: 90 (9,9%)					
25	PR	32		0	0 %
26	SC	21		0	0 %
27	RS	37		0	0 %
BRASIL		904		11	1,2 %

DIAGRAMA

SAÚDE

BRASIL

CONSIDERANDO que o Ministério da Saúde e as autoridades públicas estaduais e municipais já afirmaram o início de *transmissão comunitária*, o que significa que não será mais possível detectar a origem do vírus, tornando ainda mais difícil o controle da transmissão da COVID-19;

CONSIDERANDO que, para o enfrentamento dessa situação de emergência Mundial e Nacional, o Ministério da Saúde estabeleceu o “*Centro de Operações de Emergência em Saúde Pública (COE-nCOV)*” como mecanismo nacional da gestão coordenada da resposta à emergência no âmbito nacional; competindo-lhe, dentre outros, “*planejar, coordenar e controlar as medidas a serem empregadas durante a ESPIN, nos termos das diretrizes fixadas pelo Ministério da Saúde*”, e bem assim, “*articular-se com os gestores estaduais, distritais e municipais do SUS*”;

CONSIDERANDO a Lei n. 13.979, de 6/2/2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, objetivando a proteção da coletividade; e a Portaria n. 356, de 11/03/2020, do Ministério da Saúde, que dispõe sobre a regulamentação e operacionalização da referida lei;

CONSIDERANDO, diante desse cenário atual, a *sugestão da Sociedade Brasileira de Infectologia (SBI) sobre o COVID-19, atualizada em 12 de março de 2020, no sentido de que, “ao se identificar a fase inicial de transmissão comunitária, as medidas iniciais mais recomendadas são: estimular o trabalho em horários alternativos em escala; reuniões virtuais; home office; restrição de contato social para pessoas com 60 anos ou mais e que apresentam comorbidades; realizar testes em profissionais de saúde com “síndrome gripal”, mesmo os que não tiveram contato direto com casos confirmados; organizadores devem avaliar a possibilidade de cancelar ou adiar a realização de eventos*

¹ Conforme declarações prestadas na Comissão Geral destinada a debater as Ações Preventivas da Vigilância Sanitária e Possíveis Consequências para o Brasil quanto ao Enfrentamento da Pandemia Causada pelo Coronavírus com presença do Ministro da Saúde - 11/03/2020. Transcrição disponível em: <https://escriva.camara.leg.br/escriva-servicosweb/html/59465>, às 17h24.

com muitas pessoas; isolamento respiratório domiciliar de viajante internacional que regressou de país com transmissão comunitária (7 dias de isolamento, se assintomático)"²;

CONSIDERANDO que o contágio por coronavírus tem se expandido de maneira vertiginosa, no Brasil e no mundo;

CONSIDERANDO a situação catastrófica vivenciada na Itália, com a rápida disseminação da COVID-19 pelo país, acarretando, segundo notícias, mais de 4.000 mortes, sendo 627 mortes nas últimas 24 horas; e o consequente colapso do sistema de saúde local;

CONSIDERANDO que, segundo notícias veiculadas, a Curva de crescimento do coronavírus no Brasil repete o padrão do avanço da COVID-19 ocorrido na Itália, o que gera o alerta ao iminente risco de disseminação da doença pelo país;

CONSIDERANDO que, conforme notícia³, estudo realizado por pesquisadores da PUC-Rio, Fiocruz e Instituto D'Or da Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro estimou que, até o dia 26 de março, o Brasil pode ter até 4.970 casos confirmados de coronavírus; enquanto que os estados de São Paulo e Rio de Janeiro, que concentram os maiores casos, terão, respectivamente, 3.380 e 596 casos";

CONSIDERANDO que, segundo a última atualização emitida pelo Ministério da Saúde na data de hoje (20/03/2020), até as 16h, foram registradas 11 (onze) mortes decorrente de COVID-19 no Brasil; existem 901 (novecentos) casos confirmados da doença e diversos casos suspeitos em avaliação, números esses que podem estar subdimensionados, considerando os casos já confirmados oficialmente mas ainda não contabilizados no boletim do Ministério da Saúde, além de outros assintomáticos e desconhecidos, haja vista que o vírus nem sempre se manifesta de modo evidente na pessoa infectada;

CONSIDERANDO que de acordo com o último Boletim Epidemiológico emitido pela Secretaria de Estado de Saúde nesta data (20/03/2020), existem 12 (doze) casos confirmados e 52 (cinquenta e dois) casos suspeitos de COVID-19 no Estado de Mato Grosso do Sul; sendo que desse, 11 (onze) casos confirmados e 40 (quarenta) casos suspeitos são em Campo Grande, sendo os outros 08 (oito) espalhados em demais cidades do Estado;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial da Saúde (OMS) prevê as seguintes medidas de saúde pública para diminuição da transmissão de doenças infecciosas sem vacina ou tratamento farmacológico específico, recomendando a sua adoção em relação à COVID-19: proibição de grandes aglomerações; fechamento de escolas e outras medidas; restrições de transporte público e/ou de locais de trabalho e outras medidas; quarentena e/ou isolamento;

CONSIDERANDO que esta 32ª Promotoria de Justiça da Saúde Pública havia instaurado, em 02/02/2020, o Procedimento Administrativo n. 09.2020.00000657-9, com objetivo de *"acompanhar e fiscalizar as ações e medidas que estão sendo executadas pela Gestão Estadual e Municipal de Saúde de Campo Grande para prevenção, controle e contenção de riscos de danos e agravos à saúde pública em decorrência do novo coronavírus (2019- nCoV); bem como se estas atendem às diretrizes, protocolos e demais normativos instituídos pelo Ministério da Saúde, tendo em vista a situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) declarada pela Portaria GM n. 188, de 03/02/2020"*;

CONSIDERANDO que, desde a instauração do Procedimento Administrativo (02/02/2020), esta 32ª Promotoria de Justiça tem realizado diversas diligências com solicitações de providências aos responsáveis pela Gestão Estadual de Saúde e Gestão Municipal de Saúde de Campo Grande, para que, desde então, fossem adotadas medidas urgentes para o enfrentamento da declarada situação de *Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional*, visando à prevenção, controle e contenção de riscos de danos e agravos à saúde pública decorrente do novo coronavírus;

CONSIDERANDO que tanto a Gestão Estadual de Saúde como a Gestão Municipal de Saúde adotaram relevantes medidas com esse objetivo, tais como a elaboração do *"Plano de Contingência Municipal de Enfrentamento à*

² Informe da Sociedade Brasileira de Infectologia (SBI) sobre o COVID-19, atualizada em 12/03/2020, Disponível em: https://www.infectologia.org.br/admin/zcloud/125/2020/03/a592fb12637ba55814f1281_9914fe6ddbc27760f54c56e3c50f35c1507af5d6f.pdf

³ <https://www.brasil247.com/brasil/brasil-podera-ter-quase-cinco-mil-casos-em-oito-dias>

Doença pelo Coronavírus 2019 (COVID-19)" e o "Plano de Contingência Estadual Para Infecção Humana pelo Coronavírus COVID-19";

CONSIDERANDO que foram realizadas diversas reuniões com o Prefeito Municipal, Secretário de Estado de Saúde, Secretário Municipal de Saúde, representantes dos Hospitais vinculados ao SUS nesta Capital, representantes do Hospital Unimed e da Cassems, PROCON, Delegacia do Consumidor, dentre outros órgãos, com a finalidade de estabelecer as medidas necessárias tanto para a prevenção e controle, como também para garantir a assistência aos pacientes eventualmente afetados;

CONSIDERANDO que, dentre as providências, o Município de Campo Grande emitiu Decretos pelos quais dispondo *sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus, COVID-19, no qual suspendeu todos os eventos públicos agendados pelos órgãos ou entidades municipais; vedou as concessões de licenças ou alvarás para realização de eventos privados, com público superior a 20 (vinte) pessoas, medida esta que se estende para estabelecimentos privados, comerciais já licenciados, inclusive igrejas, cinemas, os quais ficam impedidos de fazê-los, sob pena de cassação do alvará de licença e funcionamento; a suspensão das aulas na Rede Pública Municipal de Educação de Campo Grande; suspensão também o funcionamento dos cursos presenciais da Escola de Governo Municipal, Centros de Convivência de Idosos, Centros de Referência de Assistência Social e as perícias médicas realizadas pelo Instituto Municipal de Previdência de Campo Grande; a limitação das visitas externas nas instituições de longa permanência para idosos e congêneres e adoção dos protocolos de higiene dos profissionais e ambientes e o isolamento dos sintomáticos respiratórios nessas instituições, dentre outras restrições de competência municipal, a fim de evitar a disseminação da doença; além da execução, de forma descentralizada, da Campanha Nacional contra Influenza para evitar aglomerações do grupo de risco;*

CONSIDERANDO que, apesar das medidas fundamentais adotadas, estas não mostraram suficientes a evitar a rápida evolução da doença no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, devendo ser adotadas outras medidas efetivas de barreiras sanitárias, como forma de impedir o ingresso de pessoas infectadas e o consequente alastramento desenfreado da doença;

CONSIDERANDO que a decisão proferida pela Justiça Federal na data de hoje (20/03/2020) no Estado do Maranhão, na ação ajuizada pela Procuradoria Geral do Estado (PGE/MA) contra Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), pela qual autorizou-se que o governo do Maranhão crie barreiras sanitárias nos aeroportos Marechal Hugo da Cunha Machado em São Luís em Imperatriz ;

CONSIDERANDO que, com essa decisão judicial, o Governo do Estado do Maranhão agora realiza a verificação das condições de saúde, como a medição da temperatura corporal, de passageiros e tripulantes de aeronaves vindas de regiões com casos confirmados da Covid-19;

CONSIDERANDO que, nesse sentido, foi emitido o Decreto nº 15.391, de 16/03/2020, do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, que *"dispõe sobre as medidas temporárias a serem adotadas, no âmbito da Administração Pública do Estado de Mato Grosso do Sul, para a prevenção do contágio da doença COVID-19 e enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (SARS-CoV-2), no território sul-mato-grossense"*;

CONSIDERANDO a disposição do artigo 27, inciso IV, e § único, inciso IV, da Lei Federal n.º 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, o qual faculta ao Ministério Público expedir recomendação administrativa, às *"entidades que exerçam outra função delegada do Estado ou do Município ou executem serviço de relevância pública"*;

CONSIDERANDO que a Resolução nº 015/2007-PGJ, de 27.11.2007, dispõe em seus artigos 5.º e 44 que a *Recomendação* é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social";

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da 32.ª Promotoria de Justiça da Saúde Pública, resolve RECOMENDAR ao ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL e à SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE que:

DADA A SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA E A RELEVÂNCIA DAS MEDIDAS RECOMENDADAS, NO PRAZO 48 (QUARENTA E OITO) HORAS:

I) Sejam implementadas *Barreiras Sanitárias* no AEROPORTO INTERNACIONAL DE CAMPO GRANDE e no TERMINAL RODOVIÁRIO DE CAMPO GRANDE (*em relação aos transportes interestaduais*), para verificação das condições de saúde, *tais como aferição da temperatura corporal de passageiros, tripulantes e demais pessoas, vindas de Regiões com casos confirmados da COVID-19*, para fins de adoção das providências relativas à quarentena prevista na Lei n. 13.979, de 06 de fevereiro de 2020.

No mais, nos termos do artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual 72/1994 e par. único do art. 45 da Resolução n.º 15/2007/PJG de 27.11.2007, no art. 27, par. Único, inc. IV, da Lei 8.625/93, o MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL:

1. *Requisita* aos destinatários, que no prazo de 48 (quarenta e oito) horas respondam por escrito a esta Promotoria de Justiça acerca do acolhimento da presente recomendação e informem as providências concretas efetivamente realizadas pela Gestão Estadual.

2. Com fulcro no art. 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), *requisita* aos destinatários, Estado de Mato Grosso do Sul e Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul, *que seja divulgada de forma imediata e adequada a presente Recomendação*;

3. A presente Recomendação objetiva garantir o direito do cidadão à saúde e ao efetivo serviço de vigilância epidemiológica, que deverá ser norteado pelo princípio da eficiência da Administração Pública, prevenindo as responsabilidades decorrente de eventual inércia.

Campo Grande, 20 de março de 2020.

FILOMENA APARECIDA DEPÓLITO FLUMINHAN
32.ª Promotora de Justiça

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

COXIM

RECOMENDAÇÃO N.º 0001/2020/01PJ/CXM

Nº SAJ/MP: 09.2020.00001237-0

Recomenda providências aos municípios de Coxim e Alcínópolis para contenção do amplo contágio pelo Coronavírus

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da 1.ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim – MS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 129, III, da Constituição Federal, artigo 132, III, da Constituição Estadual, bem como diante das disposições contidas na Lei nº. 7.347/85 e na Lei n. 8.069/90, cumprindo o disposto no artigo 26, inciso VI, da Lei Federal nº. 8.625/93 e artigo 27, IV, “a”, da Lei Complementar nº. 072/94, e

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos serviços de relevância pública, em especial os relativos à saúde, e aos direitos assegurados pela Constituição Federal de 1988, promovendo as medidas necessárias à sua garantia (art. 129, inciso II, da Constituição Federal/88);

CONSIDERANDO que a saúde configura um direito público subjetivo e fundamental (direito à vida) do ser humano, cujo dever de assegurá-la foi conferido à Administração Pública, conforme previsão dos artigos 23, inciso II, 24, inciso XII e 30, inciso VII, 196 e 197, todos da Carta Constitucional de 1988;

CONSIDERANDO a disposição do artigo 27, inciso IV, e § único, inciso IV, da Lei Federal n. 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, o qual faculta ao Ministério Público expedir recomendação administrativa, às “*entidades que exerçam outra função delegada do Estado ou do Município ou executem serviço de relevância pública*”;

CONSIDERANDO que a Resolução nº 015/2007-PGJ, de 27.11.2007, dispõe em seus artigos 5.º e 44 que a *Recomendação* é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social”;

CONSIDERANDO que o artigo 3º da Resolução n. 164/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP preconiza a possibilidade de expedição de recomendação pelo Ministério Público objetivando o respeito e a efetividade dos direitos e interesses que lhe incumba defender, de ofício ou mediante provocação, nos autos de inquérito civil, procedimento administrativo ou procedimento preparatório;

CONSIDERANDO que, como explicita o art. 6.º da Lei 8.080/90, estão incluídas no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS) as ações de vigilância epidemiológica, as quais se entendem como um conjunto de ações que proporcionam o conhecimento, a detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes de saúde individual ou coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças ou agravos;

CONSIDERANDO que, na forma do art. 7.º, VII, da Lei 8.080/90, as ações e serviços públicos de saúde devem obedecer, entre outros princípios, a utilização da epidemiologia para o estabelecimento de prioridades, a alocação de recursos e a Orientação programática;

CONSIDERANDO os termos dos incisos VI e VII do art. 5º da Carta Republicana os quais preveem: “VI - *é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias*; VII - *é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva*”;

CONSIDERANDO serem as liberdades individuais ponderáveis frente a graves cenários públicos, como catástrofes naturais, epidemias e pandemias, como o ora vivenciado no contexto do Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO que a atual infecção causada pelo COVID-19 foi classificada, na última quarta-feira (11/03/20), pela Organização Mundial da Saúde, como uma “pandemia global”, cobrando uma ação dos governos compatível com a gravidade da situação a ser enfrentada;

CONSIDERANDO, de acordo com Tedros Ghebreyesus, Diretor-Geral da OMS: “nas últimas duas semanas, o número de casos de Covid-19 [doença provocada pelo vírus] fora da China aumentou 13 vezes e a quantidade de países afetados triplicou, tendo sido, no Brasil, foram anunciadas hoje as duas primeiras mortes em decorrência da doença, havendo atualmente 621 casos confirmados, com igual confirmação para a transmissão comunitária (<https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/46563-coronavirus-6-mortes-e-621-casos-confirmados>);

CONSIDERANDO, pelos dados oficiais divulgados, a existência de milhares de casos suspeitos em todo o país, número esse que pode estar subdimensionado, considerando o fato de que, em muitos casos, o vírus não se manifesta de modo evidente na pessoa infectada.

CONSIDERANDO que há casos registrados nas cidades de Campo Grande e Rondonópolis, cujas populações costumeiramente passam pela cidade de Coxim

CONSIDERANDO a previsão inserta no art. 5º da Lei 13.979/2020, o qual prevê que “Toda pessoa colaborará com as autoridades sanitárias na comunicação imediata de: I - possíveis contatos com agentes infecciosos do Coronavírus; II - circulação em áreas consideradas como regiões de contaminação pelo Coronavírus;

CONSIDERANDO que o Ministério da Saúde (MS) regulamentou a execução da Lei 13.979/2020, facultando aos Secretários de Saúde ou seus superiores a decretação de quarentena, nos termos do art. 4º da Portaria 356/2020/MS:

“Art. 4º A medida de quarentena tem como objetivo garantir a manutenção dos serviços de saúde em local certo e determinado. § 1º A medida de quarentena será determinada mediante ato administrativo formal e devidamente motivado e deverá ser editada por Secretário de Saúde do Estado, do Município, do Distrito Federal ou Ministro de Estado da Saúde ou superiores em cada nível de gestão, publicada no Diário Oficial e amplamente divulgada pelos meios de comunicação. § 2º A medida de quarentena será adotada pelo prazo de até 40 (quarenta) dias, podendo se estender pelo tempo necessário para reduzir a transmissão comunitária e garantir a manutenção dos serviços de saúde no território. § 3º A extensão do prazo da quarentena de que trata o § 2º dependerá de prévia avaliação do Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública (COE-nCoV) previsto na Portaria nº 188/GM/MS, de 3 de fevereiro de 2020. § 4º A medida de quarentena não poderá ser determinada ou mantida após o encerramento da Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional.”

CONSIDERANDO que a Lei 13.979/2020, em seus arts. 2º, 3º e 3º, §7º juntamente com a Portaria Interministerial nº 05/2020-MS e MJSP conferem aos gestores locais do SUS a possibilidade de adotarem as medidas restritivas de direito nominadas no art. 3º da Lei nº 13.979/2020 – que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus responsável pelo surto de 2019;

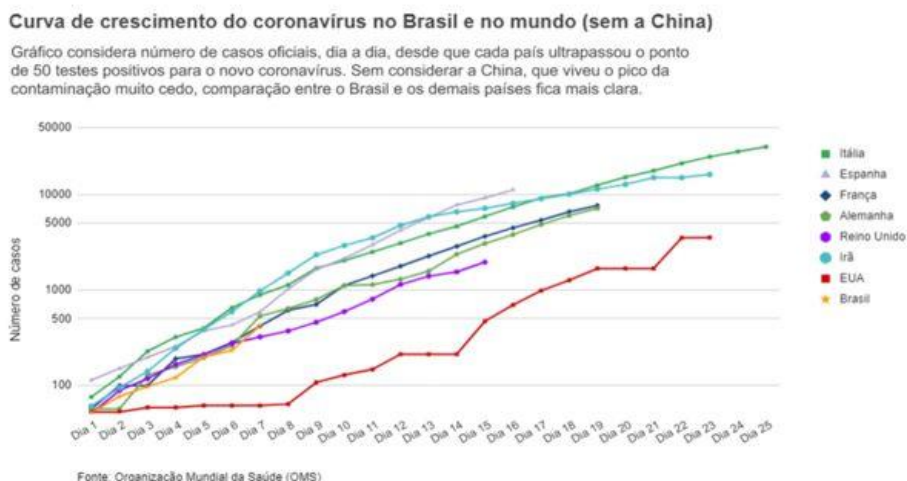
CONSIDERANDO que o art. 3º, parágrafo 3º da Lei 13.979/2020 dispõe que: “Será considerado falta justificada ao serviço público ou à atividade laboral privada o período de ausência decorrente das medidas previstas neste artigo.”

CONSIDERANDO os termos do Decreto Estadual n. 15.393 de 17/03/2020, o qual suspendeu no âmbito das escolas estaduais do Estado de Mato Grosso do Sul as aulas presenciais até o dia 6 de abril de 2020 como medida de contenção da pandemia;

CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 162/2020, que dispõe sobre medidas administrativas no âmbito do Município de Coxim-MS, para enfrentamento da pandemia COVID-19/CORONAVÍRUS e outras providências – sendo certo que referido (a) declarou situação de emergência; (b) autorizou às chefias a dispensarem de presença no serviço público os servidores com idade igual ou superior a 60 anos; (c) proibiu viagens de servidores públicos; (d) dispensou servidores que apresentem sintomas de gripe ou resfriados de comparecerem ao serviço; (e) suspendeu as férias dos servidores da rede pública de saúde; (f) suspendeu programas que pudessem exigir a aglomeração de pessoas; (g) suspendeu atividades esportivas; (h) suspendeu as aulas na rede pública de ensino até 6 de abril de 2020; (i) determinou a redução de 30% nos atendimentos de bares e restaurantes; (j) vedou a concessão de alvarás para festas, shows e eventos culturais, religiosos ou esportivos; (j) suspendeu as atividades culturais do aniversário da cidade.

CONSIDERANDO, entretanto, que mesmo com as medidas estipuladas no Decreto Municipal nº 162/2020, a cidade amanheceu bastante movimentada, com inúmeras pessoas nas ruas e todo o comércio funcionando normalmente;

CONSIDERANDO a importância da prevenção nos estágios iniciais do contágio, como forma de controlar a velocidade de propagação do vírus, tem sido entendida como a medida mais efetiva para proteger os cidadãos e obstar o colapso do sistema de saúde, conforme comprova o gráfico abaixo:



<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-51969288?xtor=AL-73-%5Bpartner%5D-%5Bgoogle.news%5D-%5Bheadline%5D-%5Bbrazil%5D-%5Bbizdev%5D-%5Bisapi%5D>

CONSIDERANDO o precedente judicial n. 1000010-12.2020, do Tribunal de Justiça de São Paulo, o qual suspendeu o evento conhecido por "Terço das Mulheres" e demais eventos no Santuário Nacional de Nossa Senhora Aparecida, a Padroeira do Brasil;

CONSIDERANDO que foram utilizados pelo i. Magistrado exclusivamente os critérios da OMS para a classificação do Coronavírus como pandemia, para a formação do juízo de gravidade da "situação a ser enfrentada" para determinar a suspensão por 30 dias dos atos religiosos;

CONSIDERANDO que o estado alarmante de pandemia atingido pelo Coronavírus não pode ser desconsiderado por qualquer do povo, ainda mais por aqueles detentores de responsabilidade social e poder de formação de opinião, pelo contato com grande número de pessoas e credibilidade social;

CONSIDERANDO os termos do art. 268 do Código Penal Brasileiro o qual prevê: “Art. 268 - *Infringir determinação do poder público, destinada a impedir introdução ou propagação de doença contagiosa: Pena - detenção, de um mês a um ano, e multa;*”

CONSIDERANDO tramitar nesta 1ª Promotoria de Justiça o Procedimento Administrativo n. 09.2020.00001237-0, com o objetivo de Acompanhar e fiscalizar as ações e medidas que estão sendo executadas pelos Municípios de Coxim e Alcínópolis para prevenção, controle e contenção de riscos de danos e agravos à saúde pública em decorrência do novo Coronavírus (COVID-19);

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da 1.ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS, RECOMENDA aos seguintes órgãos, instituições, entes e ao público em geral, a adoção das seguintes providências:

AO MUNICÍPIO DE COXIM, na pessoa do Prefeito Municipal, Procurador-Geral do Município e todas as Secretarias Municipais:

- Que sejam adotadas todas as orientações e diretrizes determinadas pela Organização Mundial de Saúde, com o encaminhamento a esta Promotoria de Justiça das medidas implementadas para evitar, ao máximo, a aglomeração de pessoas;

- Tendo em vista o grande fluxo de cidadãos nas ruas e comércio, alterar o Decreto Municipal nº162/2020 para ampliar os atos de restrição de direitos, devendo considerar a proibição de funcionamento de atividades de (1) academias e clubes esportivos; (2) Lojas e estabelecimentos localizados no pólos comerciais e comércio de rua; (3) as atividades em cinemas, clubes, academias, bares, restaurantes, cafés, boates, teatros, casas de espetáculos, clínicas de estética, cultos, missas ou qualquer outra reunião de cunho religioso que funcionem em ambientes fechados; (4) atividades de saúde bucal/odontológica, pública e privada, exceto aquelas relacionadas ao atendimento de urgências e emergências; (5) as visitas a pacientes internados em unidades públicas de saúde; (6) o atendimento ao público em todas as agências bancárias, públicas e privadas, exceto para os programas bancários destinados a aliviar as consequências bancárias econômicas do novo Coronavírus, bem como os atendimento de pessoas com doenças graves;

- Informar sobre as providências adotadas para a realização de campanha oficial, por todos os meios de comunicação adequados, informando a população quanto: (a) à necessidade de evitar aglomerações para impedir o contato individual e as consequências de uma contaminação simultânea e em larga escala da população, o que resultaria em caos para o sistema de saúde (SUS, convênios e privados), que não teria capacidade para dar respostas às demandas de saúde, em geral e do Coronavírus (ex: número insuficiente de leitos, medicamentos e insumos); (b) aos sintomas e níveis de gravidade da doença, bem como sobre as situações em que deve ser buscado o sistema de saúde, evitando o contágio no próprio equipamento de saúde e a procura desnecessária do pronto socorro;

- Adotar medidas emergenciais para fortalecer os aparelhos públicos assistenciais visando à contenção da pandemia, notadamente em relação: (a) população de rua; (b) acolhimento de idosos; (c) centros de convivência e creches para idosos; (d) acolhimento de crianças e adolescentes;

- Que seja aventada a possibilidade de criar-se um *link* específico sobre a pandemia no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Coxim para a transmissão das informações oficiais e esclarecimento imediato da população, que, até o momento, parece não ter entendido a gravidade da situação;

- Que sejam comunicados os casos de desobediência às recomendações sanitárias à autoridade policial com cópia a esta promotoria de justiça, para adoção das providências cabíveis, nos casos de desobediência a medidas sanitárias que coloquem em risco a contenção da pandemia, nos termos da Portaria Interministerial nº 5 de 2020 – Ministério da Saúde e Ministério da Justiça e Segurança Pública e dos arts. 268 e 330 do Código Penal.

AO MUNICÍPIO DE ALCINÓPOLIS, na pessoa do Prefeito Municipal e Secretário Municipal de Saúde:

- Que sejam adotadas todas as orientações e diretrizes determinadas pela Organização Mundial de Saúde, com o encaminhamento a esta Promotoria de Justiça das medidas implementadas para evitar, ao máximo, a aglomeração de pessoas;

- Informar sobre as providências adotadas para a realização de campanha oficial, por todos os meios de comunicação adequados, informando a população quanto (a) à necessidade de evitar aglomerações para impedir o contágio individual e as consequências de uma contaminação simultânea e em larga escala da população, o que resultaria em caos para o sistema de saúde (SUS, convênios e privados), que não teria capacidade e dar respostas às demandas de saúde, em geral e do Coronavírus (ex: número insuficiente de leitos, medicamentos e insumos); (b) aos sintomas e níveis de gravidade da doença, bem como sobre as situações em que deve ser buscado o sistema de saúde, evitando o contágio no próprio equipamento de saúde e a procura desnecessária dos prontos socorros;

- Suspender as aulas da Rede Pública e Privada de ensino, até o dia 06.04.2020 – em conformidade com o Decreto Estadual nº 15393/2020, podendo ser estendido, por questão de saúde pública;

- Informar sobre as medidas emergenciais adotadas, com o encaminhamento de protocolos e fluxos de atendimento no tocante à prevenção e contenção de epidemia nos aparelhos públicos assistenciais, notadamente acolhimento e proteção de população de rua.

- Informar sobre as providências adotadas para a realização de campanha oficial, por todos os meios de comunicação adequados, informando a população quanto: (a) à necessidade de evitar aglomerações para impedir o contato individual e as consequências de uma contaminação simultânea e em larga escala da população, o que resultaria em caos para o sistema de saúde (SUS, convênios e privados), que não teria capacidade para dar respostas às demandas de saúde, em geral e do Coronavírus (ex: número insuficiente de leitos, medicamentos e insumos); (b) aos sintomas e níveis de gravidade da doença, bem como sobre as situações em que deve ser buscado o sistema de saúde, evitando o contágio no próprio equipamento de saúde e a procura desnecessária do prontos socorro;

- Que seja aventada a possibilidade de criar-se um *link* específico sobre a pandemia no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Alcinópolis para a transmissão das informações oficiais e esclarecimento imediato da população, que, até o momento, parece não ter entendido a gravidade da situação;

- Que sejam comunicados os casos de desobediência às recomendações sanitárias à autoridade policial com cópia a esta promotoria de justiça, para adoção das providências cabíveis, nos casos de desobediência a medidas sanitárias que coloquem em risco a contenção da pandemia, nos termos da Portaria Interministerial nº 5 de 2020 – Ministério da Saúde e Ministério da Justiça e Segurança Pública e dos arts. 268 e 330 do Código Penal.

A TODOS OS DIRIGENTES DE IGREJAS E QUAISQUER OUTRAS DENOMINAÇÕES RELIGIOSAS DO MUNICÍPIO DE COXIM e de ALCINÓPOLIS E À DIOCESE DE COXIM:

- que adotem postura de responsabilidade social, para a proteção dos fiéis e dos não adeptos à religião professada, sem prejuízo do exercício da Liberdade religiosa prevista no artigo 5º da CF, no sentido de ESPONTANEAMENTE envidar esforços para que os eventos que importem em aglomerações de pessoas no âmbito da instituição religiosa a cargo de cada um se reduzam ao mínimo existencial religioso, preferencialmente sendo suspensos os atos públicos, as pastorais, as caravanas, as visitas não solicitadas nas escolas, órgãos públicos, presídios, devendo ser priorizados/ estimulados os momentos de contemplação/oração solitários, em razão alta transmissibilidade do COVID-19 evitando-se o requerimento do Ministério Público para a suspensão desses atos pela via judicial, com base no precedente n. 1000010-12.2020.8.26.0621 do TJSP;

- Acaso haja a expedição de decreto federal, estadual ou municipal de quarentena, determinando a proibição de aglomeração de pessoas, missas, cultos ou reuniões, ficam as autoridades religiosas informadas de que a desobediência às normas administrativas poderá resultar em responsabilidade civil (danos morais coletivos e danos sociais) e penal (arts. 268 e 330 do Código Penal), nos termos da portaria interministerial nº 05/2020.

No mais, nos termos do artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual 72/1994 e par. único do art. 45 da Resolução n. 15/2007/PGJ de 27.11.2007, no art. 27, par. Único, inc. IV, da Lei 8.625/93, o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL:

1. Requisita aos destinatários que, no prazo de 10 (dez) dias, respondam, exclusivamente via e-mail, a esta Promotoria de Justiça, acerca do acolhimento da presente recomendação, sem prejuízo de outras medidas espontaneamente tomadas para a contenção da pandemia, no seguinte endereço eletrônico: “01pjcoxim@mpms.mp.br”;

2. Com fulcro no art. 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), requisita aos municípios destinatários a divulgação de forma imediata e adequada a presente Recomendação (publicação em veículo oficial);

Por fim, adverte-se aos destinatários que o não atendimento desta recomendação poderá ensejar medidas judiciais na seara cível, criminal e administrativa, aos responsáveis, nos termos supra fundamentados.

Remeta-se cópia desta Recomendação para publicação no Diário Oficial do Ministério Público do MP/MS (DOMP).

Coxim-MS, 20 de março de 2020

MARCOS ANDRÉ SANT'ANA CARDOSO
Promotor de Justiça

FÁTIMA DO SUL

EDITAL Nº. 01/2020

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Fátima do Sul-MS torna pública a instauração dos autos de Procedimento Preparatório n. 06.2019.00001385-8, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Ipiranga, n. 810, Jardim Ipiranga, em Fátima do Sul-MS, Fone (67) 3467-3421. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço:
<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Preparatório n. 06.2019.00001385-8

Requerente: Marcelo de Oliveira Gomes

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade praticada em procedimento licitatório deflagrado pelo Município de Jateí/MS.

Fátima do Sul-MS, 18 de março de 2020.

RODRIGO CINTRA FRANCO
Promotor de Justiça em Substituição Legal

MIRANDA

EDITAL Nº 007/2020

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Miranda/MS torna pública a instauração do Procedimento Preparatório nº 06.2020.00000387-1, cujos autos podem ser integralmente acessados via internet, no endereço:
<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/mpms/procedimento>

Procedimento Preparatório 06.2020.00000387-1.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: A apurar.

Assunto: apurar e acompanhar as vendas de produtos essenciais ao consumidor, de modo a coibir práticas abusivas.

Miranda/MS, 23/03/2020.

TALITA ZOCCOLARO PAPA MURITIBA
Promotora de Justiça

PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO 06.2020.00000387-1

Assunto: apurar e acompanhar as vendas de produtos essenciais ao consumidor, de modo a coibir práticas abusivas.

RECOMENDAÇÃO n.º 01/2020

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da 1ª Promotoria de Justiça de Miranda/MS, representado pela Promotora de Justiça subscritora, no uso das atribuições previstas no artigo 127, da Constituição Federal; artigo 27, parágrafo único, IV, da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei nº 8.625/1993), artigo 29, inciso IV, da Lei Orgânica Estadual do Ministério Público (Lei Complementar nº 72/1994) e artigo 44 da Resolução PGJ nº 015/2007⁴;

CONSIDERANDO que ao Ministério Público cabe a defesa da ordem jurídica e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, *caput*, da CF/88; art. 1º da Lei nº 8.625/93 e art. 1º da LC nº 72/94), sendo que, para tanto, deve promover inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, III, da CF/88; art. 25, IV, b, da Lei nº 8.625/93 e art. 25, IV, b, da LC nº 72/94);

CONSIDERANDO que o artigo 5º, inciso XXXII, da Carta Maior, estabelece que o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor;

CONSIDERANDO que a ordem econômica, cuja finalidade é assegurar a todos a existência digna, deve observar o princípio da defesa do consumidor, nos termos do art. 170, V, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que as normas de proteção e defesa do consumidor são de ordem pública e interesse social, nos termos do art. 1º da Lei nº 8.078/1990;

CONSIDERANDO a situação de calamidade pública que assola todo o Brasil, em razão da propagação do vírus COVID-19, e a necessidade da adoção de medidas para assegurar o cumprimento das normas relativas ao consumidor, a fim de coibir práticas abusivas nas relações de consumo;

CONSIDERANDO os termos da Lei nº 8.137/90, em especial o seu artigo 7º, o qual prevê como crime contra as relações de consumo: I - favorecer ou preferir, sem justa causa, comprador ou freguês, ressalvados os sistemas de entrega ao consumo por intermédio de distribuidores ou revendedores; (...) VI - sonegar insumos ou bens, recusando-se a vendê-los a quem pretenda comprá-los nas condições publicamente ofertadas, ou retê-los para o fim de especulação;

CONSIDERANDO que a prática dessas condutas sujeita o seu infrator à pena - detenção, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, ou multa, sem prejuízo das medidas cíveis e administrativas;

CONSIDERANDO os termos da Lei nº 8.078/90, em especial o previsto no artigo 39, o qual prevê como conduta vedada ao fornecedor, dentre outras práticas abusivas: (...) IV - prevalecer-se da fraqueza ou ignorância do consumidor, tendo em vista sua idade, saúde, conhecimento ou condição social, para impingir-lhe seus produtos ou serviços; V - exigir do consumidor vantagem manifestamente excessiva; (...) X - elevar sem justa causa o preço de produtos ou serviços. (Incluído pela Lei nº 8.884, de 11.6.1994);

CONSIDERANDO a natureza bifronte do instituto da recomendação a qual *“pode ser dirigida, de maneira preventiva ou corretiva, preliminar ou definitiva, a qualquer pessoa, física ou jurídica, de direito público ou privado, que tenha condições de fazer ou deixar de fazer alguma coisa para salvaguardar interesses, direitos e bens de que é incumbido o Ministério Público”*, consoante dispõe o artigo 4º da Resolução 164, de 28 de março de 2017, do CNMP;

CONSIDERANDO que, nos termos do § 1º do mesmo artigo retro, a recomendação será dirigida a quem tem poder, atribuição ou competência para a adoção das medidas recomendadas, ou responsabilidade pela reparação ou prevenção do dano;

⁴ Disciplina o inquérito civil e demais investigações do Ministério Público na área dos interesses difusos, coletivos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis, as audiências públicas, os compromissos de ajustamento de conduta e as recomendações, e dá outras providências.

RECOMENDA aos empresários dos setores essenciais de forma geral, como mercados, conveniências e farmácias, a adoção das seguintes providências:

I -Impeçam o favorecimento ou preferência de consumidor ou freguês (Lei n.º 8.137/90 art. 7º, I), no abastecimento de forma geral, salvo se for para o suprimento de nosocômios, forças públicas e ambulâncias médicas;

II - Deixem de praticar qualquer aumento de preços abusivos ao consumidor, ante a vedação prevista no art. 39, V e X, da Lei n.º 8.078/90.

Os proprietários ou responsáveis dos principais supermercados, conveniências e farmácias dos municípios de Miranda e Bodoquena devem ser intimados, por e-mail ou outro meio eletrônico disponível, da presente recomendação.

No mais, para que a recomendação atinja o maior número de empresários/proprietários possível, determino que se envie cópia da presente recomendação à rádio local.

Ainda, determino a remessa de cópias da presente recomendação ao PROCON e às Delegacias de Polícia dos municípios de Miranda e Bodoquena, para conhecimento e publicidade do seu teor, e ao Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça do Consumidor, nos termos do art. 52 da Resolução nº 015/2007-PGJ.

O descumprimento desta recomendação ensejará a interposição das medidas administrativas e judiciais cabíveis, devendo o Ministério Público Estadual ser comunicado, no prazo de 05 (cinco) dias a partir do recebimento da presente, via e-mail: pjmiranda@mpms.mp.br, sob o acolhimento ou não das medidas recomendadas, sob pena de, no caso de constatação de práticas abusivas, ser manejada a ação civil respectiva.

Miranda/MS, 23/03/2020.

TALITA ZOCCOLARO PAPA MURITIBA
Promotora de Justiça

RIO BRILHANTE

EDITAL N. 002/2020

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Brilhante – MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo especificado. Referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo n. 09.2020.00001219-2

Requerente: Ministério Público Estadual

Assunto: propor medidas que visem a implementação, expansão e melhoria na coleta seletiva dos municípios, por meio do fomento a educação ambiental à sociedade e melhor estruturação das UTR's para elevação do volume de material destinado à reciclagem.

Rio Brilhante – MS, 20 de março de 2020

ROSALINA CRUZ CAVAGNOLLI
Promotora de Justiça

RIO VERDE DE MATO GROSSO

RECOMENDAÇÃO N.º 0002/2020/PJ/RVG

Procedimento Administrativo nº 09.2020.00001252-6

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Rio Verde de Mato Grosso

Objeto: Vigilância Sanitária e Epidemiológica

Recomenda providências para contenção do amplo contágio pelo Coronavírus na sociedade de Rio Verde de Mato Grosso/MS, ao Serviço de Transporte por Van/Micro-ônibus "Expresso Rio Verde"

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Verde de Mato Grosso – MS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 129, III, da Constituição Federal, artigo 132, III, da Constituição Estadual, bem como diante das disposições contidas na Lei nº. 7.347/85 e na Lei n. 8.069/90, cumprindo o disposto no artigo 26, inciso VI, da Lei Federal nº. 8.625/93 e artigo 27, IV, “a”, da Lei Complementar nº. 072/94, e

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos do artigo 127 da Constituição da República;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos serviços de relevância pública, em especial os relativos à saúde, e aos direitos assegurados pela Constituição Federal/88, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, inciso II, da Constituição Federal/88);

CONSIDERANDO que a saúde configura um direito público subjetivo e fundamental (direito à vida) do ser humano, cujo dever de assegurá-la foi conferido à Administração Pública, conforme previsão dos artigos 23, inciso II, 24, inciso XII e 30, inciso VII, 196 e 197, todos da Carta Constitucional de 1988;

CONSIDERANDO que, como explicita o art. 6.º da Lei 8.080/90, estão incluídas no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS) as ações de vigilância epidemiológica, as quais se entendem como um conjunto de ações que proporcionam o conhecimento, a detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes de saúde individual ou coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças ou agravos;

CONSIDERANDO que, na forma do art. 7.º, VII, da Lei 8.080/90, as ações e serviços públicos de saúde devem obedecer, entre outros princípios, a utilização da epidemiologia para o estabelecimento de prioridades, a alocação de recursos e a Orientação programática;

CONSIDERANDO serem as liberdades individuais ponderáveis frente a graves cenários públicos, como catástrofes naturais, epidemias e andemias, como o ora vivenciado no contexto de Pandemia do Coronavírus COVID-19;

CONSIDERANDO ter sido classificado, na última quarta-feira 11/03/20), pela Organização Mundial da Saúde, o Coronavírus como uma PANDEMIA, cobrando uma ação dos governos compatível com a gravidade da situação a ser enfrentada;

CONSIDERANDO, de acordo com Tedros Ghebreyesus, diretor-geral da OMS que “Nas últimas duas semanas, o número de casos de Covid-19 [doença provocada pelo vírus] fora da China aumentou 13 vezes e a quantidade de países afetados triplicou”, sendo que no Brasil, foram anunciadas 25 (vinte e cinco) mortes em decorrência da doença, havendo atualmente 1604 (um mil seiscentos e quatro) casos confirmados no Brasil, número esse que pode estar subdimensionado, considerando o fato de que, em muitos casos, o vírus não se manifesta de modo evidente na pessoa infectada, com igual confirmação para a transmissão comunitária;

CONSIDERANDO a previsão inserta no artigo 5º da Lei 13.979/2020, o qual prevê que " Toda pessoa colaborará com as autoridades sanitárias na comunicação imediata de: I - possíveis contatos com agentes infecciosos do coronavírus; II - circulação em áreas consideradas como regiões de contaminação pelo coronavírus;

CONSIDERANDO os termos do artigo 7º do Decreto nº. 2.332, de 21/03/2020, da Prefeitura de Rio Verde de Mato Grosso/MS, o qual preceitua que: "Fica ainda determinado a suspensão de todas as atividades do Terminal Rodoviário de Rio Verde de Mato Grosso e o transporte de vans, intermunicipal ou interestadual, 21 de março de 2020 a 6 de abril de 2020. Parágrafo único - O descumprimento da suspensão prevista no caput deste artigo importará na cassação do alvará de licença e funcionamento, apreensão imediata do veículo de transporte, público ou particular, sem prejuízo do ajuizamento de ações penais e cíveis, bem como da aplicação de sanções administrativas";

CONSIDERANDO a notícia de que o serviço de transporte coletivo por van / micro-ônibus local, denominado "Expresso Rio Verde", e organizado por Laurindo Luiz Marchezan, não estaria cumprindo a determinação de suspensão das atividades, negação às determinações de saúde pública, colocando em risco o direito à saúde e vida dos cidadãos desta cidade;

CONSIDERANDO os termos do artigo 268 do Código Penal Brasileiro o qual prevê: Art. 268 - Infringir determinação do poder público, destinada a impedir introdução ou propagação de doença contagiosa: Pena - detenção, de um mês a um ano, e multa;

CONSIDERANDO os termos do artigo Art. 131 do Código Penal - Praticar, com o fim de transmitir a outrem moléstia grave de que está contaminado, ato capaz de produzir o contágio: Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa;

CONSIDERANDO os termos do artigo Art. 132 - Expor a vida ou a saúde de outrem a perigo direto e iminente: Pena - detenção, de três meses a um ano, se o fato não constitui crime mais grave;

CONSIDERANDO tramitar nesta Promotoria de Justiça o Procedimento Administrativo em epígrafe, com o objetivo de Acompanhar e fiscalizar as ações e medidas que estão sendo executadas pela Gestão Municipal de Saúde de Rio Verde de Mato Grosso para prevenção, controle e contenção de riscos de danos e agravos à saúde pública em decorrência do novo coronavírus (2019- nCoV); bem como se estas atendem às diretrizes, protocolos e demais normativos instituídos pelo Ministério da Saúde, tendo em vista a situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) declarada pela Portaria GM n. 188, de 03/02/2020.

CONSIDERANDO a disposição do artigo 27, inciso IV, e § único, inciso IV, da Lei Federal n.º 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, o qual faculta ao Ministério Público expedir recomendação administrativa, às “entidades que exerçam outra função delegada do Estado ou do Município ou executem serviço de relevância pública”;

CONSIDERANDO que a Resolução nº 015/2007-PGJ, de 27.11.2007, dispõe em seus artigos 5.º e 44 que a Recomendação é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social”;

CONSIDERANDO que o artigo 3º da Resolução n. 164/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP preconiza a possibilidade de expedição de recomendação pelo Ministério Público objetivando o respeito e a efetividade dos direitos e interesses que lhe incumba defender, de ofício ou mediante provocação, nos autos de inquérito civil, procedimento administrativo ou procedimento preparatório;

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Verde de Mato Grosso/MS, resolve RECOMENDAR à Prefeitura do Município de Rio Verde de Mato Grosso/MS e à pessoa de LAURINDO LUIZ MARCHEZAN, a adoção das seguintes providências:

Ao Município de Rio Verde de Mato Grosso/MS:

1. Que seja realizada ação informativa acerca da Covid-19 para LAURINDO LUIZ MARCHEZAN, de modo que o proprietário do serviço de transporte coletivo entenda a necessidade da medida de suspensão das atividades, bem como lhe aplique as devidas sanções, caso haja descumprimento do Decreto Municipal anteriormente citado nesta Recomendação.

2. Que seja comunicado novo descumprimento às recomendações sanitárias à autoridade policial com cópia a esta promotoria de justiça (pjrioverde@mpms.mp.br), para adoção das providências cabíveis, nos casos de desobediência a medidas sanitárias que coloquem em risco a contenção da pandemia, nos termos do artigo 268/CP; À pessoa de LAURINDO LUIZ MARCHEZAN:

Que adote postura de responsabilidade social, para a proteção dos usuários do serviço de transporte e demais cidadãos desta Comarca, no sentido de envidar esforços para cumprir o artigo 7º do Decreto nº. 2.332, de 21/03/2020, da Prefeitura de Rio Verde de Mato Grosso/MS, para que haja a suspensão do transporte de passageiros entre Rio Verde de Mato Grosso/MS e Campo Grande/MS, essa última cidade foco de contaminação com múltiplos casos confirmados de COVID-19, pelo alto poder contaminante e possibilidade de a moléstia se espalhar para esta cidade de Rio Verde de Mato Grosso/MS, com potencial de alastramento silencioso e voluntário da pandemia, sendo que a recusa de cumprimento espontâneo ensejará ajuizamento de ação judicial, sem prejuízo de responsabilidade criminal (art. 268 do Código Penal);

No mais, nos termos do artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual 72/1994 e par. único do art. 45 da Resolução n.º 15/2007/PGJ de 27.11.2007, no art. 27, par. Único, inc. IV, da Lei 8.625/93, o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL:

1. Requisita aos destinatários que, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, respondam por escrito via e-mail, a esta Promotoria de Justiça (pjrioverde@mpms.mp.br) acerca do acolhimento da presente recomendação, sem prejuízo de outras medidas espontaneamente tomadas para a contenção da pandemia.

2. Com fulcro no art. 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), requisita aos destinatários a divulgação de forma imediata e adequada a presente Recomendação;

Por fim, adverte-se aos destinatários que o não atendimento desta recomendação ensejará responsabilização judicial cível, criminal e administrativa, com a adoção de medidas cabíveis, em face dos responsáveis pelo descumprimento, nos termos supra fundamentados.

Remeta-se cópia desta Recomendação para publicação no Diário Oficial do Ministério Público do MP/MS (DOMP).

Rio Verde de Mato Grosso/MS, 23 de abril de 2020.

MATHEUS CARIM BUCKER
Promotor de Justiça

TERENOS

EDITAL Nº 0014/2020/PJ/TRN

A Promotoria de Justiça da comarca de Terenos/MS torna pública a instauração do Procedimento Preparatório abaixo especificado, o qual está à disposição de quem possa interessar, no endereço sito Rua Pedro Celestino, s/n, Centro, Terenos/MS.

Procedimento Preparatório: 06.2020.00000255-0.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso Do Sul.

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível irregularidade nos pagamentos efetuados pela Câmara Municipal de Terenos, nos exercícios de 2017 e 2018, para empresa "Q.I. Informática", referente aos serviços de digitalização de documentos.

Terenos/MS, 13 de março de 2020.

EDUARDO DE ARAÚJO PORTES GUEDES
Promotor de Justiça

EDITAL N° 0015/2020/PJ/TRN

A Promotoria de Justiça da comarca de Terenos/MS torna pública a instauração do Procedimento Preparatório abaixo especificado, o qual está à disposição de quem possa interessar, no endereço sito Rua Pedro Celestino, s/n, Centro, Terenos/MS.

Procedimento Preparatório: 06.2020.00000262-8.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso Do Sul.

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível irregularidade no pagamento de diárias dos servidores do Município de Terenos-MS.

Terenos/MS, 13 de março de 2020.

EDUARDO DE ARAÚJO PORTES GUEDES

Promotor de Justiça

EDITAL N° 0016/2020/PJ/TRN

A Promotoria de Justiça da comarca de Terenos/MS torna pública a instauração do Procedimento Preparatório abaixo especificado, o qual está à disposição de quem possa interessar, no endereço sito Rua Pedro Celestino, s/n, Centro, Terenos/MS.

Procedimento Preparatório: 06.2020.00000313-8.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso Do Sul.

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade na direção da Unidade de Acolhimento Institucional do Município de Terenos-MS.

Terenos/MS, 13 de março de 2020.

EDUARDO DE ARAÚJO PORTES GUEDES

Promotor de Justiça

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

PEDRO GOMES

EDITAL N° 0010/2020/PJ/PDG

A Promotoria de Justiça da Comarca de Pedro Gomes/MS torna pública a Instauração do Inquérito Civil nº 06.2020.00000054-1, que está à disposição na Avenida Diva Araújo Azambuja, nº 395, Centro, Pedro Gomes – MS.

Referido procedimento é de caráter restrito e, mediante inserção de senha obtida nesta Promotoria de Justiça, as partes interessadas poderão acessá-lo integralmente via internet no endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo nº 06.2020.00000054-1

Requerente: Promotoria de Justiça de Pedro Gomes/MS

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade no âmbito do Contrato n. 91/2013, firmado entre o Município de Pedro Gomes/MS e a construtora Project Tecnologia de Construção LTDA para construção do Ginásio de Esportes da Vila Marcelino.

Pedro Gomes/MS, 23 de março de 2020.

MARCOS ANDRÉ SANT'ANA CARDOSO

Promotor de Justiça em Coadjuvação

EDITAL Nº 0011/2020/PJ/PDG

A Promotoria de Justiça da Comarca de Pedro Gomes/MS torna pública a Instauração do Inquérito Civil nº 06.2020.00000029-6, que está à disposição na Avenida Diva Araújo Azambuja, nº 395, Centro, Pedro Gomes – MS.

Referido procedimento é de caráter restrito e, mediante inserção de senha obtida nesta Promotoria de Justiça, as partes interessadas poderão acessá-lo integralmente via internet no endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo nº 06.2020.00000029-6

Requerente: CAOMA - Centro de Apoio Operacional Meio Ambiente, Promotoria de Justiça de Pedro Gomes/MS

Requerido: Mário da Fonseca Pires da Silva

Assunto: Apurar desmatamento de 5.800 m² em área de Savana, na Fazenda Nossa Senhora de Fátima, em Pedro Gomes, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 625/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

Pedro Gomes/MS, 23 de março de 2020.

MARCOS ANDRÉ SANT'ANA CARDOSO

Promotor de Justiça em Coadjuvação